

Miguel Ângelo
mangelo@jornaldamadeira.pt

Onze propostas à espera

Onze propostas da Assembleia Legislativa da Madeira aguardam nas gavetas das comissões da Assembleia da República. Algumas já foram discutidas em plenário, na generalidade, mas aguardam a discussão na especialidade. Outras, nem foram ainda a plenário...

Segundo o deputado do PSD/M na Assembleia da República, Guilherme Silva, são diplomas que não deverão ser apreciados antes do final desta sessão legislativa, que termina no próximo dia 31 de Julho. Na lista estão diplomas referentes ao acréscimo dos subsídios para as viagens aéreas, reduções no IVA praticado na RAM, criação de organismos e planos protetores das crianças, estratégias de ação contra o dengue e contra a droga.

Entre os diplomas pendentes está a proposta de Lei 49/XII/1, que procede à terceira alteração ao decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de abril, alterado pelas Leis n.ºs 50/2008, de 27 de agosto, e 21/2011, de 20 de maio, que «regula a atribuição de um subsídio de mobilidade social aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira».

Na prática, trata-se da lei que define o subsídio a atribuir aos madeirenses que viajam para e do Continente. É pedido um acrés-

cimo ao subsídio atual de 60 euros. A proposta foi discutida na generalidade, em plenário, e baixou à comissão de Economia e Obras Públicas.

Também aguarda discussão na especialidade a proposta de Lei 86/XII/1, que institui a proibição genérica de todas as substâncias psicoativas. Também já foi discutida na generalidade, em plenário, e baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Estas duas são as que estão mais adiantadas. As outras não foram ainda a plenário, para discussão na generalidade.

Assim, está a aguardar na comissão de Orçamento e Finanças da Administração Pública da Assembleia da República a proposta de Lei 90/XII/1, que vem alterar o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, com a redação dada pela Lei n.º 14-A/2012, de 30 de março. Trata-se de uma lei que, a ser aprovada, diminuirá a taxa normal do Imposto sobre o Valor Acrescentado a aplicar na Região Autónoma da Madeira.

Igualmente na comissão de Orçamento e Finanças da Administração Pública da Assembleia da República, ainda sem discussão em plenário, na generalidade, en-



A Assembleia da República tem na sua posse várias propostas da RAM.

contra-se o diploma (proposta de Lei 91/XII/1) que vem legislar sobre o financiamento dos sobre-custos de transporte relativo aos combustíveis comercializados na Madeira, decorrente da obrigatoriedade de cumprimento do princípio da continuidade territorial, colocado em causa com o aumento do IVA e do ISP na Madeira.

Na comissão de Orçamento e Finanças estão mais duas propostas com origem na Assembleia Legislativa da Madeira: a proposta

de Lei 92/XII/1, que sujeita as prestações de serviços de alimentação e bebidas à taxa intermédia do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e a proposta de Lei 109/XII/2, que procede à majoração da proteção da maternidade, paternidade e adoção.

Há ainda outras três propostas nas gavetas da Comissão de Segurança Social e Trabalho, ainda sem discussão na generalidade. Uma propõe a criação do observatório da criança (proposta de Lei 139/XII/2), outra (proposta de

NA COMISSÃO DE SAÚDE, SEM TER SIDO DISCUTIDA NA GENERALIDADE, EM PLENÁRIO, ESTÁ A PROPOSTA QUE CONTEMPLA UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL E OS ABUSOS SEXUAIS.

Lei 149/XII/2) defende o aumento do salário mínimo nacional e a terceira, a proposta de Lei 189/XII/3, contempla uma estratégia nacional para a prevenção e controlo de epidemias da febre do Dengue.

Encontra-se, por outro lado, na Comissão de Saúde do parlamento nacional, ainda sem ter sido discutida na generalidade, em plenário, a proposta de Lei 228/XII/3, que contempla uma estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais.

Finalmente, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, sem ter ainda sido discutida, em sessão plenária, encontra-se a proposta de Lei 233/XII/3, que propõe o Plano Nacional de Ação para os Direitos da Criança.

Saídas à noite!...



O CONSUMO DE DROGAS, ONDE PODEMOS INCLUIR TAMBÉM O ÁLCOOL, DIMINUI A CAPACIDADE DE AVALIAR AS SITUAÇÕES E DE TOMAR DECISÕES DE ACORDO COM O PENSAMENTO E OS SENTIMENTOS.

Em matéria do uso e do abuso de drogas, vale a pena pensar que não existe apenas uma causa para justificar a sua adição. É importante perceber que a grande aposta passa por prevenir os chamados comportamentos de risco. Prevenir passa por estarmos mais próximos uns dos outros, por ficarmos mais atentos às necessidades, sensibi-

lidades e vulnerabilidades das crianças e jovens e por tentar gerir o tempo de forma a não perder a possibilidade de cultivar amizades e criar laços afetivos fortes e seguros.

Tão ou mais importante do que passar a informação correta e atualizada sobre os malefícios das drogas é criar

condições para o desenvolvimento saudável do indivíduo, para percorrer um caminho sem margem para dependências. É aquilo que designamos de facilitar a aquisição de competências pessoais e sociais. São elas a armadura pessoal e intransmissível que cada um tem ao seu dispor para se defender da toxicodependência e de outras tantas questões relacionadas com o desenvolvimento do indivíduo. Na adolescência, o desejo de liberdade, de autonomia, de partilha e pertença ao grupo de pares, ganha grande importância. As saídas com amigos fazem, sem dúvida alguma, parte do crescimento. Elas devem ser encaradas como um acontecimento normal e saudável na vida de todos os jovens, quando bem geridas e inseridas dentro de regras e limites muito bem delineados pelos pais.

Ao longo dos últimos anos, o nível de participação e envolvimento na vida nocturna e em actividades recreativas tem aumentado significativamente em todo o mundo, especial-

mente entre os jovens e a Madeira não é exceção. Noites de fim-de-semana, festivais de verão e concertos apresentam-se como sendo contextos sociais importantes onde os jovens adquirem capital social. Estes tornam-se o tempo e o lugar para se encontrarem com amigos, conhecerem novas pessoas e terem novas experiências, algumas delas, envolvendo comportamentos de risco.

O consumo de drogas, onde podemos incluir também o álcool, diminui a capacidade de avaliar as situações e de tomar decisões de acordo com o pensamento e os sentimentos. Sob o seu efeito pode ser mais difícil a um jovem saber dizer “não”, correndo mais riscos de ter acidentes, contrair doenças de transmissão sexual, gravidez indesejada ou mesmo, situações extremas de violência ou abuso sexual.

Teresa Fernandes

Socióloga

Instituto de Administração da Saúde

e Assuntos Sociais, IP-RAM

Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências